

# Brasil agrada credores da dívida externa

FLAVIA SEKLES  
Correspondente

NOVA IORQUE — O Brasil pagará de uma vez só, em meados de outubro, as duas prestações finais das garantias da dívida externa, que somam US\$ 570 milhões, em vez de esperar até abril de 1996 para pagar a segunda. A antecipação, anunciada ontem em Nova Iorque pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, livrará o Brasil de condicionalidades impostas sobre a operação dos títulos de 30 anos, que garantem aos credores do país o pagamento do passivo da dívida.

A notícia, que já havia sido divulgada com exclusividade pelo **JORNAL DO BRASIL**, foi dada ontem a um grupo de interessados: investidores e banqueiros reunidos

JORNAL DO BRASIL

no Waldorf Astoria Hotel para uma conferência sobre a América Latina, promovida pelo *Wall Street Journal* e agradou ao mercado internacional. Em contrapartida, uma vez feito o pagamento, o Brasil poderá usar as garantias da dívida, que são letras ou títulos do Tesouro Americano, em operações mais sofisticadas no mercado financeiro ou negócios com credores individuais. “A ação permitirá ao governo começar a fazer a movimentação desse passivo. Mas é claro que eu não vou divulgar a vocês (investidores) que movimentos faremos”, disse.

Malan também anunciou que o governo brasileiro decidiu cancelar o desconto de 25% que impunha no uso de títulos Brady (papéis da dívida) em operações de privatização de

estatais brasileiras. “A razão é que notamos a ausência de detentores desses papéis nas operações de privatização”, disse.

**Conferência** — O ministro abordou o programa econômico do Brasil em sua conferência, que teve a participação de Lawrence Summers, vice-secretário do Tesouro americano, de professores de economia especializados em América Latina, como Rudiger Dornbusch, que previu a crise financeira mexicana com um ano de antecedência; o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, e presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn. O ministro enfatizou que a redução da inflação no Brasil foi apenas a pri-

meira parte de um programa cuja duração será longa e enumerou os perigos presentes: crescimento desenfreado da demanda (já sob controle; crises financeiras internacionais e o instinto de manada de investidores; e a possibilidade de crises de confiança.

Questionado sobre por que a Petrobrás estava fora do programa de privatização, respondeu: “A privatização da Petrobrás é um dos assuntos mais complexos do governo, mas não é fundamental para que o programa avance.” A preocupação de outro participante sobre a durabilidade da postura econômica atual no longo prazo, disse ter esperanças de que essas reformas “sejam irreversíveis”.